



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1124

## **O Norte e Oeste setecentistas: perspectivas históricas dos relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira em sua *Viagem Filosófica* (1783 – 1793)**

Bruno Cezar Bio Augusto<sup>1</sup>  
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

### RESUMO

Este trabalho apresentará uma discussão em que serão abordadas questões antropológicas e históricas, embasadas na expedição filosófica chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira, no século XVIII, ano de 1783. Propõe-se uma reflexão sobre a “imagem do outro” encontrada nos relatos dessa diligência.

A análise consiste em um estudo sobre o “choque cultural” entre colonizadores brancos e os ameríndios dessas regiões por onde Alexandre Rodrigues Ferreira passou com a sua comitiva. Após quase dez anos de expedição (1783 – 1792) percorrendo o Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá o autor nos deixa uma coleção textual e iconográfica encontrada na obra *Viagens Filosóficas* pela Capitânia do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. *Memórias Antropológicas*. O estudo também se fundamentará em uma revisão bibliográfica para tentarmos entender a relação dos “homens de cabedais” com a margem olvidada do sistema colonial: em especial os negros e/ou indígenas, agentes importantes neste contexto colonial interiorano.

O estudo da obra de Ferreira pode nos fazer entender parte do discurso colonizador da região norte e oeste do território, visto que, mesmo após quase quatro séculos, ele ainda perpetua no cotidiano de ações políticas civis brasileiras. A obra *Viagens Filosóficas* é importante para compreendermos os meandros das ações dos que adentravam os “sertões”, os denominados “sertanistas”, e as suas práticas pelo interior colonial, saqueando terras, expulsando ou mesmo dizimando pessoas - em especial, os povos originários -, e estacando fronteiras.

**Palavras-Chave:** Ameríndios; Setecentista; Sertanistas; expedição.

**Financiamento:** CNPq

### INTRODUÇÃO

A América Portuguesa se caracteriza por ser, pelo olhar do colonizador, uma extensão territorial de Portugal e por uma colonização que, além de física

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - CPTL. Bolsista PIBIC do CNPq sob orientação da Prof. Dr. Maria Celma Borges.

e delimitando fronteiras, “vende” ao novo mundo sua cultura. Assim, possibilita sua Colônia almejar os trejeitos dos lusitanos de se vestir, portar e idealizar.

Neste contexto de “venda” da cultura ao Novo Mundo, há o surgimento da *civilisation* europeia como o padrão correto de comportamentos e trejeitos de um sujeito na sociedade. Tornando-se um ponto importantíssimo para entendermos a discussão do *homme civilisé* no mundo de honrarias, tanto no Velho como no Novo Mundo. Buscando a apreensão da classe burguesa no mundo aristocrata, contemplamos a burguesia se adentrando na máquina estatal no *ancien regime* europeu, incorporando os valores da *noblesse de robe* (ELIAS, 1994).

A região do rio Cuiabá, no cenário setecentista do brilho aurífero, foi um importante ponto de exploração de metais preciosos e de fixação/ampliação da territorialidade da colônia lusitana. Entremeio a inquietude da Coroa em logo taxar os quintos reais para o ouro cuiabano, e vastar o seu território, encontramos a figura do nativo da terra como personagem passível de *civilização*, incluindo assim a catequese e as leis dos brancos de um governo dito “esclarecido” e “ilustre” em contraste com a “barbárie gentílica”.

### **A historiografia de Mato-Grosso**

A história de Mato Grosso começa a ser contada nos primórdios do século XVIII, onde essa vasta terra pertencia a capitânia-geral de São Paulo; obtendo sua emancipação no ano de 1748. Por estar afastada dos centros urbanos da época – Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador – a região foi alvo de inúmeras expedições naturalistas setecentistas e, graças ao ouro, encontrado principalmente no rio Cuiabá, foi se tornando um rendoso destino da migração de pessoas em busca de riquezas.

Por se tratar de uma localidade no centro da América, fazendo fronteira com os domínios hispânicos, especificamente com as províncias hispânica de Moxo e Chiquitos, foi um importante cenário militar de fortificações ao longo do século XVIII (JESUS, 2012).

A historiografia mato-grossense principia com os relatos de cronistas que passaram pelas terras cuiabanas do Extremo-Oeste da América

portuguesa ou como disse Taunay, “até quase o sopé dos Andes”<sup>2</sup>. De acordo com Jesus (2012) encontramos nas crônicas de Barbosa de Sá, João Antônio Cabral Camelo, Joaquim da Costa Siqueira, Felipe José Nogueira Coelho e José Gonçalves da Fonseca a escrita do cotidiano e as curiosidades da região pelo olhar do colonizador. Em um exemplo de crônica, relatando a viagem às dependências do rio cuiabano, temos a de Barbosa de Sá entre muitos outros relatos interessantíssimos:

“Ano de mil setecentos e vinte partiram dos povoados bastantes gentes para estas conquistas divididas em diversos comboios de canoas embarcando na ‘Aritaguaba’ descendo o rio Tietê e o Grande, subindo o Anhandói acima da barra do rio Pardo, atravessando a Vacaria, descendo pelo Meteteú e deste pelo Paraguai acima, padeceram grandes destroços, perdições de canoas nas cachoeiras por falta de pilotos práticos, que ainda os não havia. Mortandade de gente por falta de sustento, doenças, comidos das onças e outras muitas misérias. Não sabiam pescar nem caçar, nem o uso de soldar as canoas, que tudo lhes apodrecia, com as chuvas, em o inverno dos mosquiteiros para defesa dos mosquitos que muitos anos ao depois é que foi a experiência e necessidade ensinando estas coisas pelo que padeceram os que escaparam da morte, misérias sobre misérias<sup>3</sup>.

Seguindo a importância de utilizarmos os anais para a escrita de nosso trabalho, temos em um relato de Francisco José de Lacerda e Almeida, do ano de 1788, que suma o cotidiano das minas cuiabanas em épocas de dificuldade, um contraste entre o paraíso e purgatório na terra:

Se lançarmos os olhos para os *Anais* da Câmara de Cuiabá e fizermos computo dos homens, que têm custado aquele estabelecimento desde o seu princípio, mortos não só pelos trabalhos, fomes, enfermidades e mais misérias, como também pelas grandes e horríveis mortandades, e, em alguns anos, o geral destroço dos navegantes, até ainda pela riqueza da descoberta, e atropelando todos os obstáculos, corriam após do ouro e ficaram sacrificados ao furor dos gentios, que pelo espaço de mais de vinte anos fez lastimosa carnagem<sup>4</sup>.

A nossa análise dos sujeitos que compunham as minas pelo viés da interação sócio cultural será pela *cultura compartilhada* de Geertz, utilizada por Hebe de Castro (1997) em que:

É a **cultura compartilhada** que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais. Deste ponto de vista, não apenas as representações, mas também

---

<sup>2</sup> TAUNAY, Afonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, s/d, v.II.

<sup>3</sup> TAUNAY, Afonso de E. Idem.

<sup>4</sup> TAUNAY, Afonso de E. Idem.

as ações sociais são “textos”, passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social (p.52).

Lévi-Strauss adentra a discussão cultural devido à sua relação *in loco* com os indígenas da região do Cuiabá, especificamente os Bororó, Nambiquara e Pareci. Mesmo sua obra *Tristes Trópicos* tendo sido escrita na primeira metade do século XX, não nos impede de utilizá-la para pensar a cultura nativo americana que contrastava com o colonizador europeu. Especialmente se pensarmos que o Extremo-Oeste do século XVIII era região tão distante dos centros colonial (Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador) e que, após duzentos anos, ou seja, já no século XX, esta mesma região ainda se encontra longínqua do eixo central do Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo).

De acordo com Lévi-Strauss, vemos os relatos de um europeu branco em meio à uma cultura ameríndia, em que:

[...] o único meio de forçar o destino seria arriscar-se nessas franjas perigosas onde as **normas sociais** deixam de ter um sentido, ao mesmo tempo e que se suprimem as garantias e as exigências do grupo: ir até as fronteiras do território policiado, até os limites da resistência fisiológica ou do sofrimento físico e moral. Pois é nessa beira instável que eles se expõem, seja a cair do outro lado para não mais voltar, seja, ao contrário, a captar, no imenso **oceano de forças inexploradas** que cerca a humanidade bem organizada, uma provisão pessoal de poder graças ao que uma ordem social ainda mais imutável será revogada em favor dos destemidos. (LÉVI- STRAUSS, 1996 p.37)

### **Os modelos de civilização cultural à luz de algumas perspectivas do *naturalismo***

Os modelos aqui debatidos sobre a cultura atrelada a economia, os fatores de civilização e moralização dos indivíduos coloniais, e também a modelagem de uma sociedade europeia nos trópicos se respaldará nos modelos setecentistas da descrição física e morais da América Portuguesa através dos relatos de expedições pelo interior das Capitânicas.

A pretensão de tal debate não será chegarmos ao truísmo das estruturas que apoiam a construção de uma sociedade, tanto de antes (século XVIII) como do tempo presente (século XXI); mas sim lançarmos indagações e possíveis respostas para tentarmos entender, afinal, qual a importância de uma cultura exógena para trilhar os caminhos da Colônia.

O primeiro passo é entendermos como ao modelo de civilização dos trópicos os viajantes aderiram curiosos para dissertar sobre as observações físicas e químicas do território lusitano do século XVIII. Os relatórios de viagem, muitas vezes encomendados por preocupações políticas em delinear a vastidão de terras pertencentes à Coroa, enchem páginas e mais páginas de escritos dos cronistas científicos apreciadores do paraíso/purgatório tropical.

Seguindo esse pensamento, devemos nos ater à dois conceitos subjetivos de colonização: os modelos perfeitos do “deve ser” ramificado na ideia do “ser”. Simplificando mais, a Europa “é” e a Colônia “deve ser”. Nestas duas essências do paradigma da colonização temos a *falácia naturalista*, que nos permite contestar as pretensões de verdades que vemos nos relatos científicistas do século XVIII. De acordo com Brito (2010) temos “[...] mais especificamente, a falácia consiste em se tentar uma definição de bom – que, a seu ver, deve ser tomado como indefinível – em termos de um objeto natural, como se bom fosse um objeto, além disso, um objeto natural (p.217) ”.

Analisando a colonização nesse contexto de *falácia naturalista* vemos os valores de uma moralidade das ideias perfeitas lançadas ao Novo Mundo e personificada na imposição da cultura branca (colonizador) perante ao nativo, os negros, ou seja, os indivíduos adjacentes deste modelo de “bom”.

A realidade da civilização está longe de ser perfeita como o colono idealiza e o cronista escreve sobre em seus relatos de viagem. A ideia moralista de civilização encontra no humano, no caso tropical, a borda à margem do sistema, a imperfeição de sua colonização. Deixando claro que o ser “imperfeito” refere-se ao modo como a metrópole interpreta; pois se fosse “perfeito” não haveria a necessidade de políticas e muitas tentativas de controlar a sociedade da Colônia.

Sendo assim, o idealismo do “bom indivíduo” quando aplicado ao ser humano, se tornar imperfeito; uma falácia que os cronistas comentem ao almejar a “perfeita civilização europeia” sobre o outro, no caso, o ameríndio. Devido as imperfeições e na imposição de uma “contra-cultura” podemos ver as perplexidades de magistrados e cientistas perante a figura do outro, do nativo. Conseguimos encontrar a afirmação e a negação da “culturação branco

européia” no trecho da carta de D. Pereira Ribeiro de Vasconcelo e Souza acerca dos ameríndios:

Vasconcelos propunha “providências empregadas a fim de *civilizar*, e de aproveitar esta porção da espécie humana”. Aos mansos sugeria que lhes enviassem gente capaz, em vez dos “homens sem luz, órfãos de humanidade” e “mestres ignorantes”. O feroz botocudo, porém, “é um monstro, que se deve exterminar, ou domesticar em feroz na escuridão dos cárceres”, “devorador dos animais da mesma espécie, insensível a voz da razão e da humanidade, que o convidam à sociedade, deve ser ofensivamente perseguido, e apunhalado até que os males de parte deles vendam o resto aos deveres”. Consolava-se, contudo, dizendo que “se é dificultoso fazer mudar de costumes homens já feitos e encanecidos nos prejuízos originais, não o é acostumar seus filhos e descendentes desde a infância à religião, leis e usos dos povos, que os educarem” (SILVEIRA, 1997 p.65)

Os modelos civilizatórios aplicados na Colônia não se limitam aos nativos. Podemos ver também em fonte da mesma obra de Silveira (1997) que há ressalvas quanto ao comportamento de mulheres coloniais, no caso, em relação ao distrito aurífero das Gerais:

Em um bando de 2 de dezembro de 1733, destinado ao Distrito Diamantino, refutavam-se “as ofensas de Deus e com especialidade os pecados públicos, que com tanta soltura correm desenfreadamente no arraial do Tejuco, pelo grande número de mulheres desonestas, que habitam no mesmo arraial com vida tão dissoluta e escandalosa, que não se contentando de andarem com cadeiras e serpentinas acompanhadas de escravos, se atrevem irreverentes a entrarem na casa de Deus com vestidos ricos e pomposos, e totalmente alheios e impróprio a sua condição”. A pena para esta “gente tão abominável, que se deve reputar como contágio dos povos, e estragos do bom costume”, era a expulsão da comarca ou ainda prisão e confisco (1997, p.69)<sup>5</sup>.

Nestas duas fontes utilizadas acima conseguimos exemplificar a discussão sobre as “ordens régias” do Estado português. Medidas para reger os habitantes da colônia se fixam em uma noção de “felicidade geral da nação” mediada pelos corpos administrativos que, em muitos aspectos, se afiguram como denominadores de condutas “boas” que se transformam em “bem” para a nação. (BRITO, 2010).

## **Relatos de Alexandre Rodrigues Ferreira da sua expedição pelo Norte da América Portuguesa setecentista**

---

<sup>5</sup> Relato de Joaquim Felício dos Santos. Encontrado na obra: ANTONIL, A. João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas (1711)**. São Paulo: Edusp, 1982.

Este tópico se fundamenta em textos que discutem a viagem filosófica de A. R. Ferreira pela região norte da América Portuguesa. Para esta reflexão, encontramos um ensaio escrito pelo estudioso e então diretor do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, Dr. Emílio A. Goeldi, no ano de 1895.

As publicações da revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, datadas da segunda metade do século XIX, também proporcionaram uma ferramenta para trilharmos alguns percursos e pensamentos da comitiva de Ferreira ao longo de sua viagem.

Segundo Goeldi (1895), Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu no ano de 1757. Partiu para a metrópole no intuito de estudar advocacia e, após alguns anos em contato com o curso, o abandonou e foi estudar na Faculdade de Filosofia de Coimbra – fruto das reformas educacionais de Pombal.

Recomendado pela Coroa, Ferreira partiu de Lisboa no ano de 1783, voltando à América portuguesa e preparando uma expedição de reconhecimento do norte colonial.

Os caminhos por onde percorreu o naturalista foram garantidos graças às ordens régias emitidas pelos representantes do Estado português, como vemos em um trecho retirado da Revista do I.H.G.B, em que o Capitão-General da Capitânia do Rio Negro escreve:

O Doutor Alexandre Rodrigues Ferreira parte d'esta cidade com as pessoas que leva a seu cargo, empregadas nas diligências da Historia Philosophica e Natural, para cujo fim se transportarão a este Estado, de ordem de Sua Magestade; os diretores e comandantes de todas as fortalezas e povoações, por onde transitar, ou aonde mandar, lhe prestarão todo o auxílio e ajuda, que pelo sobredito lhe for requerido, aoproptando-lhe todo o mantimento, que precisar, e índios necessários para as equipações das canoas [...]. Pará, 15 de Setembro de 1784)<sup>6</sup>

Essa preocupação da Coroa em garantir a saúde da expedição de A. R. Ferreira pode ser interpretada na necessidade setecentista de representantes

---

<sup>6</sup>Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Tomo XLVIII, 1885, p.01-02.

responsáveis por mensurar os domínios do além-mar. A Coroa em troca dos serviços dos expedidores cientistas prometia baús de ouro, títulos de nobreza e/ou casamentos arranjados com famílias ricas, como expressa na carta da rainha D. Maria I, datada de 1794, usada em Goeldi (1895):

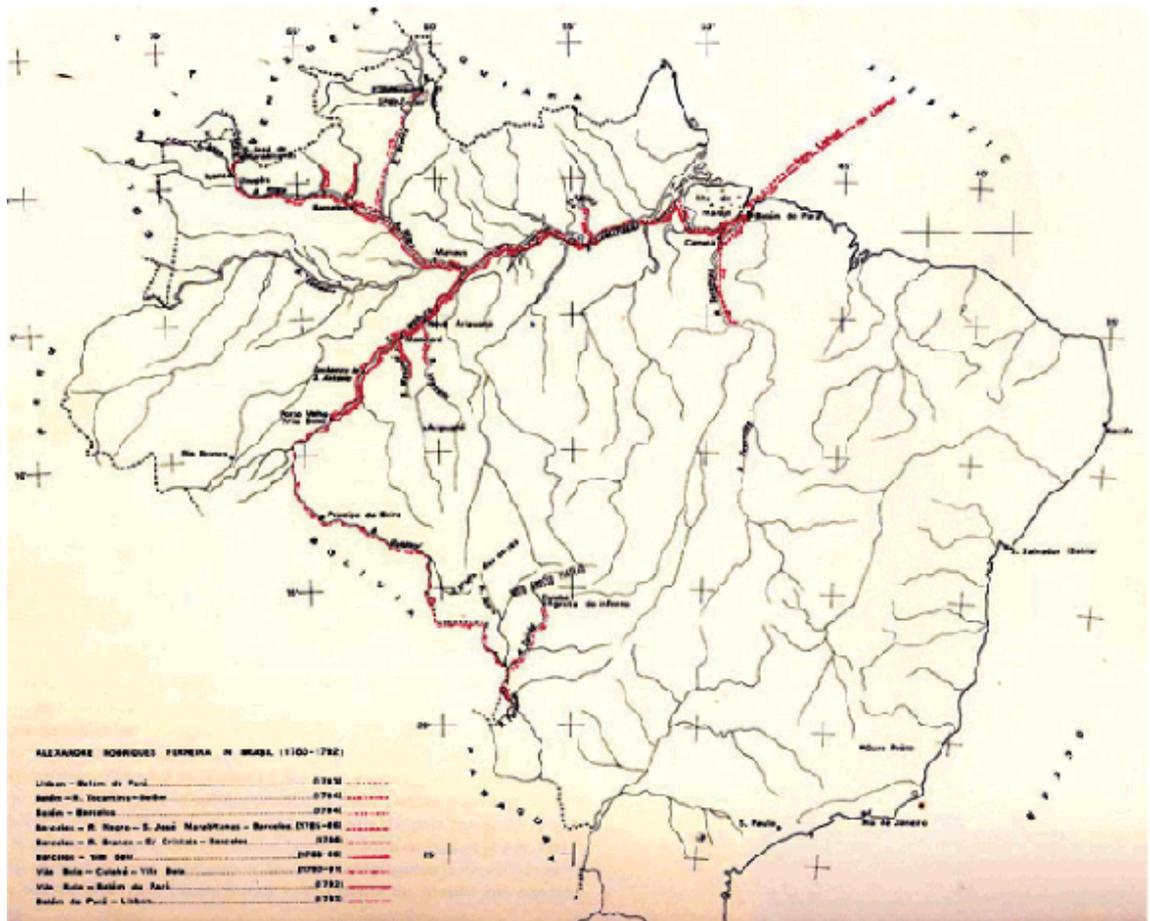
A Rainha Nossa Senhora, attendendo aos serviços do doutor Alexandre Rodrigues Ferreira, official da Secretaria de Estados dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos, obrados nas comissões extraordinárias de que foi encarregado de examinar e descrever os produtos naturaes do Real Muzeu da Ajuda, e fazer as experiências chymicas que lhe foram ordenadas, em que se ocupou por espaço de cinco anos, [...] e passando ao Estado do Pará com laboriosa comissão de ser ali o primeiro vassalo portuguez, que exercitasse a empresa naturalista, [...] ha por bem fazer-lhe em remuneração do Habito de Christo, com sessenta mil réis de tenças de que se lhe passem os competentes Padrões, [...]. E logrará doze mil réis da referida ordem que lhe tem mandado lançar. (p.17)

Com a morte de Alexandre Rodrigues Ferreira, seus textos, com anotações e observações, ficaram com sua esposa e, no ano de 1815, foram recolhidos ao Real Museu de Ajuda.

Entre tantos escritos que correspondem à botânica, zoologia e etnografia, seus documentos estão divididos em três grandes grupos, formando um total de 103 manuscritos: obras que pertencem a viagens filosóficas do Grão Pará; Rio Negro; Mato Grosso e Cuiabá. Obras sobre diversos assuntos que não pertencem à *Viagem Filosófica*. Obras que não trazem assinaturas de A. R. Ferreira mas que remetem a ele (GOELDI, 1895).

Os conteúdos dos documentos históricos da Viagem Filosófica de Ferreira foram encontrados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do ano de 1885 e 1888. Há uma quantia significativa de relatório, anexos, roteiros e pensamentos do filósofo nesta publicação.

Em suma, as fontes encontradas nas revistas do IHGB nos remetem ao percurso de Ferreira que se inicia pelos afluentes da parte superior do Rio Negro (Norte) e pelos afluentes inferiores do Rio Negro (Sul), como nos mostra a figura abaixo:



*Rota da expedição chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira na Amazônia, em 1783.*  
 Fonte: Leite & Leite (2010).

Na coleção do filósofo naturalista podemos encontrar ilustrações acerca de indígenas encontrados ao longo de sua expedição. Os desenhos contêm o olhar do colonizador caracterizando os ameríndios, seus trejeitos e seus objetos pertencente ao cotidiano, como segue abaixo:



*Gravura da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira.*

Fonte: Leite & Leite (2010)

A obra de A. R. Ferreira é vasta sobre os seus quase dez anos de expedições pelo norte da colônia, nos deixando documentos que se tornam importantes para pensarmos o Extremo-Oeste como território vizinho do Rio Negro e seus afluentes, bem como dos povos originários que ali habitam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos utilizar este breve trabalho para entendermos por quais circunstâncias o cientificismo setecentista se debruça sobre os territórios do trópico com seus olhares naturalistas. Os responsáveis por expedições aos *confins do mundo*, quando bem sucedidos, recebiam honrarias da Coroa. Em uma sociedade onde as mercês e os brasões são a chave para o sucesso, os *ilustríssimos da ciência* conquistam graças com o Rei.

Para nós, estudiosos contemporâneos, esse grande apanhado de materiais do século XVIII é imprescindível para tentarmos entender a expansão colonial ao interior da América portuguesa e tentarmos compreender o pensamento dos sujeitos responsáveis pela dita *civilidade* do Novo Mundo.

## REFERÊNCIAS

BRITO, Adriano Naves de. Falácia Naturalista e Naturalismo Moral: do *é* ao *deve* mediante o *quero*. **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, n.121. jun. 2010, p.215-226.

CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Domínios da História: ensaios da teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v.I.

GOELDI, Emílio A. **Dr. Alexandre R. Ferreira: mormente em relação às suas viagens na Amazônia e sua importância como naturalista**. Pará: Alfredo & Cia, 1895.

JESUS, Nauk Maria de. A capitânia de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. **Revista Território & Fronteiras**. Cuiabá. v.5 n.2 jul. - dez., 2012.

LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. **Revista Estudos Avançados** n.24 v.68, 2010.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SILVEIRA, Marco Antônio. **O universo do indistinto: estado e sociedade nas minas setecentistas (1735 – 1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

TAUNAY, Afonso de E. **História das Bandeiras Paulistas**. São Paulo: Melhoramentos, s/d, v.II.